

A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA E A MISSÃO DOS PADRES MATEMÁTICOS NA AMÉRICA¹

THE PORTUGUESE ILLUSTRATION AND MISSION OF MATHEMATICIANS PRIESTS IN AMERICA

Sezinando Luiz MENEZES*

Giselle RODRIGUES**

Célio Juvenal COSTA***

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de analisar a relação entre a Missão dos Padres Matemáticos, expedição organizada pela Coroa portuguesa na primeira metade do século XVIII para realizar estudos sobre os territórios portugueses na América, e o desenvolvimento de uma cultura ilustrada em Portugal, pois, segundo nosso entendimento, a “missão” se relaciona às transformações culturais vividas em Portugal naquele período. Nesta análise partimos do pressuposto teórico de que as ações humanas, apesar de expressarem uma individualidade, correspondem a um determinado contexto social, político, econômico e cultural. Isso significa que o pensamento e comportamento humano associam-se a uma “configuração” – conceito aplicado por Norbert Elias, na obra *A sociedade de corte* (2001), para estudar a sociedade da corte francesa entre os séculos XVII e XVIII.

Palavras-chave: Ilustração – Fronteiras Americanas – Mineração – Padres Matemáticos.

Abstract: This paper is intended to analyze the relationship between the Mission of the Mathematicians Priest expedition organized by the Portuguese crown in the first half of the eighteenth century to conduct studies on the Portuguese territories in America, and the development of an illustrated culture in Portugal. According to our understanding, the "mission" is connected to cultural transformations in Portugal at that time. In this analysis we set of theory premise that human actions, although expressing individuality, correspond to a particular, political, economic and cultural context. This means that human thought and behavior associated to a "configuration" - concept applied by Norbert Elias, *The society in the work of cutting* (2001), to study the society of the French court between the seventeenth and eighteenth centuries.

Keywords: Illustration – American Borders – Mining – Mathematical Priests.

* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação – Faculdade de História – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Sede, CEP: 87020-900, Maringá, Paraná – Brasil. E-mail: sl.menezes@uol.com.br

** Mestre em História. Professora assistente do Departamento de História – Faculdade de História – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Sede, CEP: 87020-900, Maringá, Paraná – Brasil. E-mail: gisellepalacio@yahoo.com

*** Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Professor associado do Departamento de Educação e do Programa de Pós graduação – Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Sede, CEP: 87020-900, Maringá, Paraná – Brasil. E-mail: celio_costa@terra.com.br

Ao longo do reinado de D. João V viveu-se, em Portugal, um florescimento das luzes, tênues e oscilantes é fato, mas que questionavam as concepções, o misticismo e um tipo de religiosidade que legitimava a ação da Inquisição. Contudo, tal transformação não significou uma ruptura radical com as concepções que até então predominavam. Os ideais de progresso, o anti-clericalismo e o surgimento de uma cultura laica se desenvolveram concomitantemente a uma persistência do misticismo, pois, conforme afirmou Falcon (1993, p. 98), referindo-se a Portugal,

[...] no universo mental ilustrado, [...], nem tudo se resume a expressões de pura racionalidade. O racional e o irracional, aí como sempre, coexistem. Bruxarias, milagres e superstições múltiplas vão de braços dados com a tolerância, o anti-racismo, igualitarismo referido à natureza humana.

Sendo assim, conforme Saraiva e Lopes ([19--?], p. 568), “[...] o reinado de D. João V correspondeu à fase crítica na luta entre a escolástica e as luzes que vão conquistando sempre novas posições ao abrigo das necessidades técnicas”. Ressalte-se, no entanto, que “[...] no centro das preocupações dos iluministas portugueses” [...], “manter-se-á o problema do atraso em relação à Europa ‘moderna’”; “[...] as reformas eram vistas não apenas como a ‘promoção das luzes’, mas também como uma maneira de superar o atraso” (NOVAIS, 2005, p. 168). Destarte, em Portugal, a busca do conhecimento, a partir de princípios racionais e do empirismo, vincula-se, também, às questões de ordem econômica. A ciência é vista por aqueles homens, principalmente, mas não exclusivamente, como uma forma de “regeneração do reino”.

Nesse contexto, ressaltam-se os esforços de D. João V para modernizar o país. Durante o reinado daquele monarca, entre outras medidas, foram instaladas bibliotecas em Coimbra e Mafra, foi fundada a Academia Portuguesa de História (1720) e estudantes foram enviados ao exterior. Concomitantemente, começam a ser editados livros com características iluministas. Evidências dessa transformação podem ser observados “[...] nos trabalhos de divulgação científica do engenheiro-mor de D. João V, Manuel de Azevedo Fortes, que estagiara longamente em faculdades estrangeiras”. Além disso, “importa também conhecer a permanência de dois médicos portugueses em grandes centros europeus: Jacob de Castro Sarmiento, que programou traduzir a obra de Francis Bacon, e Antônio Nunes Ribeiro Sanches” (TEIXEIRA, 1999, p.23).

E ainda,

No âmbito das humanidades, convém citar D. Francisco Xavier de Meneses, Conde da Ericeira, que além de traduzir a *Arte Poética* de Boileau, estimulou a produção e a divulgação de uma cultura renovada em Portugal, a partir dos encontros em sua biblioteca, com cerca de 15 mil volumes. Dentre os frequentadores da biblioteca do Conde da Ericeira, contava-se o Pe. Rafael Bluteau, cujo *Vocabulário Latino e Português*, editado entre 1712 e 1722, revela uma amplitude enciclopédica própria da segunda metade do século XVIII (TEIXEIRA, 1999, p. 24).

Trata-se, portanto, de um período de florescimento de estudos, onde se buscam alternativas para a sociedade. Contudo, conforme mostramos, a época em questão não foi um período de domínio absoluto das luzes. Paralelamente ao avanço do racionalismo, o reinado joanino viveu também a persistência do misticismo. Nesse embate entre “luzes e sombras”, destaca-se em Portugal, a figura do “estrangeirado”².

O "estrangeirado", é uma figura intelectual característica da cultura portuguesa do século XVIII. Inserindo-se no quadro geral da Ilustração européia, é no "estrangeiro", em países que se fazem distintos de Portugal, em contato com uma outra realidade e com as novas posturas político-filosóficas, tributárias de Descartes, Newton, Locke e Bacon, que os portugueses que “têm em vista o aburguesamento do país” encontram a inspiração para a transformação de Portugal, para a “[...] luta contra o tradicional estado de coisas” (SARAIVA; LOPES, [19--?], p. 563-564). Desta forma, “[...] é do estrangeiro que Verney, Ribeiro Sanches, o Cavaleiro de Oliveira vêem as coisas pátrias e nelas procuram intervir” (SARAIVA; LOPES, [19--?], p. 594). Sendo assim, não causa estranhamento que Ribeiro Sanches ([19--?]), tenha escrito um livro sobre a dificuldade que “o Reino Cadaveroso”, ou um “velho Reino”, tem para emendar-se.

No início de nossa exposição, afirmamos a singularidade do reinado joanino, pois esse período da história lusitana se distingue, também, da “época pombalina”. A segunda metade do século XVIII deu continuidade e intensificou a renovação cultural em Portugal. A ascensão de D. José ao trono e de seu ministro Sebastião José de Carvalho ao poder tornou essa mudança uma política da Coroa portuguesa. Isto pode ser observado, por exemplo, na criação da Aula de Comércio, na Reforma da Universidade de Coimbra, na criação do Colégio dos Nobres e na contratação de professores em Bolonha, Genova e Pádua para ensinar física, astronomia, química e matemática nas novas instituições de ensino. Ou seja, na segunda metade do século as propostas de

reformas, os projetos que surgiram no reinado de D. João V, transformaram-se em diretrizes políticas da Coroa.

No entanto, se esse movimento de renovação cultural toma grande impulso a partir da segunda metade do século XVIII ele não se iniciou naquele momento. De certa forma o período de governação pombalina foi, segundo nosso entendimento, o ápice de um processo que se iniciou antes. Acreditamos ser possível afirmar que o Marques de Pombal baseou sua política de Estado nos projetos, ideias e concepções que vinham sendo expostos e defendidos na primeira metade do século XVIII. Consideramos, pois, que a administração pombalina foi muito mais ponto de chegada do que ponto de partida.

Na primeira metade do século XVIII, além dos projetos de reformas, das propostas de emendar o “velho reino”, do florescimento de estudos e de publicações como os trabalhos do engenheiro mor de D. João V, funcionários régios, “cientistas” e viajantes “[...] criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios na Europa, Ásia, África e, sobretudo, na América” (DOMINGUES, 2001, p. 824). Tal rede de informação permitiu à Coroa portuguesa conhecer os limites geográficos e as potencialidades econômicas de seus territórios. Ressalte-se, ainda, que a ação da Coroa em busca de um maior conhecimento de seus territórios ocorre em um momento de exacerbada tensão entre as monarquias ibéricas. Tensão que tinha como eixo o estabelecimento das fronteiras americanas e que foi um poderoso estímulo para que a Coroa empreendesse esforços para conhecer o espaço americano de Portugal. Além disso, um outro aspecto igualmente importante foram os motivadores de origem econômica, como pode ser observado nos numerosos trabalhos publicados pela Academia de Ciências de Lisboa que se dedicavam às questões relativas à produção agrícola e manufatureira tanto no Reino quanto no Brasil. Assim, o esforço de conhecer o espaço e a tensão político-diplomática confundia-se enquanto estímulo imediato à atividade científica de que o Brasil era objeto (DOMINGUES, 2001).

Deste modo, a primeira metade do século XVIII foi tanto um período de desenvolvimento das luzes quanto de organização de expedições científicas. No caso do Brasil, além da necessidade de conhecer melhor as possibilidades de recursos, as expedições são motivadas, também, pelo descobrimento de depósitos auríferos em regiões que poderiam ser pleiteadas pela Espanha. Nesse contexto, foi organizada a Missão dos

Padres Matemáticos, que tinha como objetivo conhecer a natureza e legitimar a posse dos territórios portugueses na América.

Segundo Jaime Cortesão (1953, p. 7), por volta do ano de 1720 o geógrafo e cartógrafo francês Guillaume Deslile, afirmou, a partir de suas observações, sobre as fronteiras americanas entre os dois países ibéricos, que o Cabo Norte e a Colônia do Sacramento não se encontravam “[...] dentro da zona de soberania portuguesa, delimitada pelo meridiano de Tordesilhas”. As observações de Deslile prejudicavam diretamente os interesses dos portugueses, já que a Colônia do Sacramento era ocupada por Portugal desde o final do século XVII e os lusitanos tinham pretensões de alargar seu domínio sobre a região do rio da Prata em razão da sua estratégica posição comercial. As análises do cartógrafo francês também poderiam aguçar o desejo da Espanha de contestar as fronteiras, uma vez que não existia uma definição precisa dos limites dos domínios de cada nação ibérica na América, que remontavam ao Tratado do Tordesilhas. Perante essa situação,

D. João V compreendeu que era necessário, para obviar a futuras alegações da Espanha, fundadas na situação do meridiano de Tordesilhas, renovar, por meio da cultura astronômica, a cartografia portuguesa e dar uma nova base à sua diplomacia. E é o que fez (CORTESÃO, 1953, p. 8-9).

Buscando desenvolver as ciências, em 1722 a Coroa recorreu aos jesuítas italianos, habilitados em matemática e astronomia, Giovanni Baptista Carbone e Domingos Capasse, adquirindo avançados instrumentos matemáticos e Atlas geográficos e determinou que os padres italianos instalassem um observatório astronômico no Colégio de Santo Antão (CORTESÃO, 1953). Os esforços de D. João V a fim de modernizar a cartografia portuguesa não se limitaram ao reino. Em 1730 o rei enviou ao Brasil Diogo Soares, que havia sido professor de matemática no Colégio de Santo Antão, e Domingos Capassi, “[...] com o fim de traçar o Novo Atlas do Brasil, por meio de latitudes e longitudes observadas” (CORTESÃO, 1953, p. 9).

Em alvará expedido por ordem regia, em 18 de novembro de 1729, são estabelecidas as atividades que os padres deveriam desenvolver no Brasil:

Eu El Rey faço Saber aos que este meu Alvara virem em expeçial ao V. Rey, e Capitão General de mar e Terra do estado do Brazil Governadores do Rio de Janeyro São Paullo e Minas Geraes Pernambuco Maranhão Capitão mor da Parahiba e mais Capitaens

Mores de outras Capitánias destritos Villas e freguezias dos Certoens [...] e muito Comviniente ao Governo, e defença do mesmo Estado boa administração da justiça areccadação de minha Fazenda, e para se evitarem as duvidas, e Comtraverçias que se tem originado dos novos descobrimentos que se tem feito nos Certoens daquelle estado de poucos annos a esta parte fazeremçe Mapas das Terras do dito Estado não sô pella marinha mas pelos Certoens com toda a distincção para qual melhor Se signallem e se conheção os destritos de cada Bispado Governo Capitania Comarcã, e doaçam, e para esta diligencia nomehey dous Religiozos da Companhia de Jezus peritos nas Mathematicas que São Diogo Soares e Domingos Capace, que mando na prezente ocazião para o Rio de Janeyro (DOC. N° LIV, CORTESÃO, 1953, p. 265).

A indefinição das fronteiras com a Espanha nos territórios americanos tornava-se mais aguda com a descoberta e exploração das riquezas minerais no sertão do Brasil e do avanço lusitano em direção a região do rio da Prata. Os estudos dos territórios e a elaboração de mapas seria uma forma da Coroa Portuguesa legitimar a sua posse e colocar fim aos impasses. Em outro trecho do mesmo Alvará, vemos que as despesas com a missão dos padres – incluindo a viagem para o Brasil, o pagamento dos religiosos e de seus criados, bem como transporte e guias – ficaram sob a responsabilidade da Coroa, a qual repassou todas as orientações necessárias às autoridades da Colônia para que assim fizessem em seu nome:

[...] e lhe mandey dar a ajuda de custo competente para se haviarem para a viagem, e dous Criados que levão em Sua Companhia os quais lhe hão de assistir emcoanto durar a diligencia, e hão de ser pagos por conta de minha Fazenda emcoanto durar esta diligencia, e aos ditos religiosos se lhes hade dar da mesma sorte o que lhe for nesenario para a sua subsistencia com tudo o mais de que nesecitarem para o bom effeito da diligencia e o Governador do Rio de Janeyro com o Provedor da Fazenda, e intrinvenção do Procurador della lhe Sinallara a quantia que devem vencer cada mez assim para a Sua cômoda Subsistência como para pagamento dos criados, e o mais que se ofreçer respeitando a quallidade do Paiz [...] e sendo nesenario aos ditos religiosos alguas goardas ou guias para fazerem jornadas pello Certão, lhas mandarão dar os ditos Governadores asim de homeis Brancos como de Indios e lhes darão outros y as carruagens nesarias conforme o uso estillo da Terra as coais serão pagas por conta de minha Fazenda como tambem a despeza nesaria que se fizer com os ditos goardas, e guias, e todos os Governadores cabos, e officiais de Guerra ministros de justiça e fazenda darão aos ditos Religiozos toda a ajuda, e favor de que nesecitarem para o bem da dita diligencia o que lhe hey por muyto emcarregado (DOC. N° LIV, CORTESÃO, 1953, p. 266).

Como fica evidente no trecho acima, a Coroa se empenhou para que a missão dos padres no Brasil tivesse êxito, pois, como já vimos, os estudos e conclusões dos jesuítas poderiam se constituir em um poderoso instrumento para fazer com que a questão das fronteiras com a Espanha na América fosse resolvida de forma favorável aos interesses portugueses. Sendo assim, em razão da importância da missão para as pretensões territoriais portuguesas, D. João V buscou suprir todas as necessidades físicas que os padres tivessem ao longo das suas andanças pelo interior do Brasil, pagando salários, providenciando transporte, escolta, escolta e guias.³

Os jesuítas partiram de Lisboa em novembro de 1729 e chegaram ao Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1730. Segundo Jaime Cortesão (2001, t. 2, p. 10), suas observações se estenderam pelo litoral, do Rio de Janeiro até a Colônia de Sacramento, e no interior, pelas Capitanias de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e “[...] pelos territórios que de aí para o Sul se estendem até ao Rio da Prata” Convém ressaltar que os padres matemáticos não se limitaram, e não que isso fosse pouco, à elaboração de mapas. Em seus relatórios podem ser observadas preocupações de caráter econômico e fiscal. Em Minas Gerais, por exemplo, o Padre Diogo Soares observou que os descaminhos causam prejuízos ao Rei. Além disso, Soares informou ao Rei que tinha “[...] visitado, medido e feito plantas de todas as fortalezas” e ressaltava a importância de intensificar a defesa do Rio de Janeiro (CORTESÃO, 2001, t. 2, p. 21). Após o falecimento do Padre Capassi, em 1736, Diogo Soares continuou sozinho a missão até 1748.

No entanto, os estudos realizados pelos padres foram mantidos em sigilo, ou seja, como segredo de Estado, principalmente em relação à Espanha. Em razão disso, ocultava-se as coordenadas corretas dos meridianos do Brasil. Segundo Cortesão (2001, t. 1, p. 17),

[...] a prova de que os padrões oficiais dos dois Padres Matemáticos se conservaram secretos está em que, a par dessa cartografia científica e de Estado, continuou a desenvolver-se uma cartografia espontânea de sertanistas, lusos e luso-brasileiros, que consignavam no papel o traçado sumário e empírico dos seus descobrimentos.

Ainda segundo esse estudioso; “[...] entre essas cartas de bandeirantes utilizada a palavra na acepção mais genérica, e as do Padre Diogo Soares, as diferenças são enormes. Naqueles pululavam os erros de posição” (CORTESÃO, 2001, t. 1, p. 17).

Contudo, Cortesão observa um ponto de convergência entre os mapas elaborados pelos “bandeirantes” e os traçados pelos padres,

[...] por via de regra, as longitudes são deslocadas para leste. E, como a conseqüência é sempre igual: incluir na soberania portuguesa, conforme a demarcação de Tordesilhas, uma parte maior da América Meridional, torna-se difícil conceber que esses cartógrafos amadores não errassem adrede e em obediência a um propósito político (CORTESÃO, 2001, t. 1, p. 17).

Assim, tanto os mapas mais precisos, elaborados pelos padres, quando os elaborados pelos homens do sertão, procuravam legitimar as pretensões da Coroa portuguesa. A preocupação em guardar segredo sobre os estudos dos padres matemáticos não era desprovida de fundamento, pois o risco de as informações chegarem ao conhecimento da Coroa da Espanha e revelarem uma expansão lusitana para além dos limites definidos pelo Tratado de Tordesilhas era real, pois, ainda segundo Cortesão (2001, t. 1, p. 19), “[...] os jesuítas espanhóis tinham conhecimento da missão dos padres matemáticos ao Brasil e não deixaram de perguntar com viva curiosidade pelas suas atividades e o resultado das suas operações no Brasil”.

De qualquer forma, as intenções da Coroa portuguesa com a Missão dos Padres Matemáticos foram atingidas, pois o conhecimento sobre os territórios e sobre sua ocupação pelos colonizadores portugueses ofereceram elementos para que Alexandre de Gusmão, o representante português nas negociações que culminaram no tratado que estabeleceu as fronteiras luso-espanholas na América, defendesse o princípio *uti possidetis* que garantiria a posse, por Portugal, de territórios que, segundo o Tratado de Tordesilhas, deveriam pertencer a Espanha. De fato, embora tenha sido posteriormente revogado, o Tratado de Madrid estabeleceu as bases territoriais e os princípios das negociações que possibilitaram o estabelecimento definitivo das fronteiras entre as nações ibéricas na América, com um avanço expressivo dos territórios lusitanos para além dos limites estabelecidos anteriormente.

Ressalte-se que, em um momento de ascensão das luzes, a missão de reconhecimento dos territórios do centro sul do Brasil tenha sido confiada a dois jesuítas. Tal fato demonstra, em aparente contradição, a participação de jesuítas no esforço de renovação do conhecimento em Portugal, a exemplo do que ocorreu também com os Oratorianos. No entanto, esta contradição é apenas aparente.

Desde a sua criação, a Companhia de Jesus foi caracterizada por um “[...] ideário pedagógico e científico marcado pela modernidade renascentista do humanismo do século XVI, colocado ao serviço de um ideal mais alto de evangelização universal” (LEITÃO; FRANCO, 2012, p. 9). Além disso, tanto as necessidades colocadas pela evangelização, quanto à crença de que o estudo da natureza era uma forma de se aproximar de Deus (conforme Menezes e Costa, 2012), contribuíram para que os jesuítas se dedicassem ao estudo “científico” da natureza.

O Colégio de Santo Antão era o mais antigo colégio jesuítico existente em território português. Entre 1590 e 1759 foi lecionada naquele colégio a “Aula da Esfera”. Aberta a alunos leigos, nela se ensinava ciências e matemática, com ênfase nas questões relacionadas à ciência náutica e à cosmografia. Além disso, os jesuítas haviam constituído, desde o século XVI, uma rede de informações a serviço de Deus e do Rei. Essa rede era baseada na obrigação que os inicianos tinham de relatar periodicamente suas atividades por meio de cartas a seus superiores e a seus irmãos, e no caso de Portugal, ao Rei. Uma das principais características dos inicianos era sua capacidade de se adaptar às mais diferentes situações para poder realizar sua obra catequética. Tal característica os conduziu a conciliar a sua prática social e econômica com a doutrina tradicional da Igreja.

É possível afirmar também, a partir inclusive do disposto no alvará de D. João V, que a missão foi confiada aos padres Diogo Soares e Domingos Capassi em razão de seus conhecimentos “modernos”, ou seja, pelo fato de eles serem peritos em cosmografia e matemática. Tais características vinham ao encontro das necessidades da Coroa portuguesa que nessa época buscava superar o que se considerava atraso.

Essa última razão contribui ainda para desmitificar a ideia de que o campo religioso, por conta da ortodoxia, era totalmente contrário à modernidade e à racionalidade naquele período. Em meio a rigidez da cultura eclesiástica existiam possibilidades que favoreceram o desenvolvimento do conhecimento científico, conforme observar-se-á em Menezes e Costa (2012, p. 370):

De forma predominante, essa instituição [a Igreja] é tida como conservadora e contrária às transformações culturais daquela época. Vista de uma forma panorâmica, de fato, é inegável que a Igreja foi avessa às novidades da modernidade. Não entanto, esse processo não foi linear. Ao contrário, comportou avanços e recuos, idas e vindas, e se, em determinados momentos, o fogo da Inquisição purificou os hereges, em outros, houve pontífices que estimularam o conhecimento da natureza.

É importante lembrar ainda que o desenvolvimento do conhecimento científico entre os jesuítas era favorecido pela concepção de que conhecer melhor a natureza, era uma forma de se aproximar de Deus, de melhor conhecê-lo. Deste modo,

[...] a Igreja não se colocava, a princípio, contra o estudo da natureza. Ao contrário, não foram poucos os clérigos, jesuítas inclusive, que contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento do mundo natural ao longo da modernidade (MENEZES; COSTA, 2012, p. 370).

Além disso, conforme anteriormente afirmado, o Colégio de Santo Antônio desenvolveu importantes estudos de astronomia e matemática, sendo que o Padre português Diogo Soares, que havia sido professor da aula de Esphera, era, “[...] um representante típico da sua época em Portugal. Matemático, participava igualmente das artes de engenharia e ansiava por colaborar por modo mais completo na formação do Estado do Brasil” (CORTESÃO, 2001, t. 2, p. 21).

A seguir trataremos dos caminhos trilhados por esses dois padres na América portuguesa. A exposição se refere, quase exclusivamente, ao período dos seis primeiros anos que tiveram no Brasil, pois, embora a missão cartográfica tenha durado 18 anos, em 1736 Capassi faleceu, e ainda temos poucas informações sobre a continuidade dos trabalhos de Diogo Soares.

A viagem dos padres de Lisboa a América portuguesa ocorreu entre novembro de 1729 a fevereiro de 1730. Chegados ao Novo Mundo, percorreram várias regiões, começando pelo litoral (Capitania do Rio de Janeiro, do Rio da Prata e da Colônia de Sacramento) em direção ao sertão (Capitanias de Minas Gerais, São Paulo e Goiás). No Rio de Janeiro os padres permaneceram por um breve período, somente enquanto não chegavam os instrumentos necessários aos seus trabalhos. Conforme o parecer do Conselho Ultramarino, Soares e Capassi utilizaram o tempo no Rio de Janeiro para realizar estudos mapeando suas ilhas e elaborando plantas das suas fortalezas. O parecer refere-se a uma carta, onde Diogo Soares relatou as atividades desenvolvidas “cumprindo as instruções de Vossa Magestade”. Segundo o parecer:

[...] julgavam elle e seu companheiro Domingos Capaci, por mais conveniente e justo fosse aquella Capitania do Rio de Janeiro o primeiro logar n’aquella factura, assim por ser a primeira que os hospedara no Brasil como por ser precisa n’ella esta demora não só para esperarem os instrumentos que lhes faltam mas para verem tambem se lhes davão logar as (noticias) digo noites com as suas

continuas trovoadas a fazerem algumas observações, mas que como estas já desde o principio de maio o permittirão, e julgarão que por todo o Setembro entrarião ás Minas Geraes, e por ellas ao Certão, e que n'aquelle tempo tinhão visto, sondado e riscado todo aquelle grande recôncavo e suas Ilhas que são inumeráveis; vizitado, medido e feito plantas de todas as suas fortalezas, que não offerecião agora a Vossa Magestade por se não poderem por na sua ultima perfeição, e que offerecião pelo provincial da mesma companhia a derrota da sua viagem com a vista d'aquella barra e de todas as mais Ilhas que n'ella se avistarão e delinearão, para cômodo e utilidade dos Pilotos que navegão para aquella America, e d'ella reconhecerá Vossa Magestade o quanto lhe é precizo acabar-se a Fortaleza da Lage como chave mestra de todo aquelle porto, e que não menos necessita de uma perfeita fortificação a Ilha das Cobras [...] (DOC. Nº LVIII, CORTESÃO, 1953, p. 271-272).

Convém ressaltar que, conforme o documento, o mapeamento da Baía da Guanabara realizado pelos padres também tinha o objetivo de tornar mais segura a navegação na região. Nas linhas finais do documento, nota-se a preocupação com a conclusão das fortalezas já existentes, como a da Lage, e de aperfeiçoar as já existentes, como a da Ilha das Cobras, dada a estratégica posição que ocupavam na defesa do território contra “[...] qualquer invazão dos inimigos que são todos os que ambiciosamente invejão os grandes thezouros que em si encerrão e contem os vastos certões da América” (CORTESÃO, 1953, p. 272). Contudo, segundo o Conselho, as cartas elaboradas por sertanistas e estrangeiros eram imperfeitas e somente novos traçados poderiam corrigir as falhas. Neste ponto, o trabalho de Diogo Soares, e de seu companheiro, seria de grande relevância e urgência.

Verifica-se também no documento que a intenção dos padres, depois de terem observado o Rio de Janeiro, era percorrer o interior, mas precisamente a região de Minas Gerais. Contudo, a realização deste desejo foi adiada, pois “[...] os governadores do Rio de Janeiro e da Colônia do Sacramento instam com êles para que passem a esta última praça, onde chegam a 24 de outubro de 1730 [...]” (CORTESÃO, 2001, t. 2, p. 22).

A viagem ao Sul se relacionava ao interesse de Antônio Pedro de Vasconcelos, governador de Sacramento, de utilizar o conhecimento dos padres para organizar a defesa da colônia, pois estes mostrariam “[...] a melhor forma de alargar a povoação, renovar as fortificações e construir novas muralhas” (CORTESÃO, 2001, t. 2, p. 22), tendo em vista que a Colônia do Sacramento era alvo das disputas entre as duas coroas

ibéricas. Em razão disso, é recorrente, na documentação, a necessidade da defesa dos direitos de Portugal naquela região.

E sendo que bastava o dilatado curso de tantos annos, com huã opinião constante pêra o justo titulo, e exuberante direito deste dominio, prevalecendo ainda hoje devoluto, sem cultura, habitação, ou occupação todas aquelas terras, que pela divizaõ do merediano pertencem aos limites desta Monarchia, defendidas dos accidentes do tempo com misterioza immunidad, ou superior justiça do poder vezinho dominador e confiante esperaõ com altíssima providencia pela justa, e devida occupação de seu legitimo senhor. Com que fundados na justiça da cauza, na evidencia das demonstraçoens, no solido da razão, e na sinceridade do procedimento, com as regras da geographia, com a doctrina dos Mestres, com a medida dos calculos, e observação dos roteiros, mostraremos como as Ilhas de S. Gabriel, e terras adjacentes pertencem a esta Coroa [...] (DOC. N° II, CORTESÃO, 1953, p. 32-33).

Observa-se, na documentação, que Portugal necessitava de estudos efetivos e provas conclusivas para estender de fato seu domínio sob o Rio da Prata, ou seja, legitimar sua soberania sobre este território, e este foi o principal motivador da ida dos padres ao Sul. De acordo com a tarefa que lhe foi delegada, Diogo Soares observou a população da região, elaborou a planta da cidade de Sacramento, do seu recôncavo e de suas ilhas, bem como de uma nova fortificação:

Cheguei a Ella a 24 de Outubro e tratei logo de tirar a planta desta cidade e visto, considerado medido todo o seu terreno, numero de familias e casaes, que todos os dias crescem e se augmentão, risquei a nova fortificação que agora offereço a V.M. capaz de hum bom e proporcionado numero de moradores. Da cidade passei a tirar a do recôncavo e Ilhas de S. Gabriel, mas estas campanhas, animei-me a tirar tambem com a cautela, que me pareceu precisa, hum pequeno mappa dellas, que me não foi possível concluir ainda com a exação, que desejo (DOC. N° LIX, CORTESÃO, 1953, p. 274)

Partindo da Colônia do Sacramento, Diogo Soares pretendia realizar observações no Sul da América Portuguesa, passando pelo Rio Grande, Santa Catarina e Laguna antes de retornar ao Rio de Janeiro, para de lá partir para Minas (DOC. N° LIX, CORTESÃO, 1953, p. 275). Entretanto, o fato do companheiro de missão Domingos Capacci ter regressado antes ao Rio de Janeiro, levando consigo todos os instrumentos necessários à medição das coordenadas, impossibilitou tal empreitada. O desencontro

entre os padres, conforme Cortesão (2001, t. 2, p. 23), evidencia que ambos apresentavam algumas diferenças e, inclusive, Soares tecia algumas censuras a Capassi.

Mas, independentemente das diferenças, consta que os dois padres, depois de terem passado pela Colônia do Sacramento e voltado ao Rio de Janeiro, se dirigiram ao interior do território, com o propósito de trabalharem em conjunto na região das Minas Gerais, inclusive na região das Minas Novas (Goiás). Tal viagem pelo interior se revela nas cartas escritas pelos dois matemáticos e endereçadas a Martinho de Mendonça de Pina e Proença, governador da Capitania das Minas Gerais, no ano de 1734.

Segundo Renger e Machado (2005), os padres instalaram-se em Minas Gerais no ano de 1732 e permaneceram na região durante um período de dois anos, quando elaboraram um conjunto de quatro mapas que representavam todos os arraiais e vilas da região; os caminhos da capitania; os registros de cobrança de impostos para as capitanias limítrofes (Rio de Janeiro e Bahia); o detalhamento da rede fluvial; algumas serras mais destacadas e a vegetação da região do Mato Grosso.

A documentação organizada por Cortesão confirma as impressões de Renger e Machado sobre a passagem dos jesuítas pelo interior da Capitania das Minas Gerais. Em uma carta escrita por Diogo Soares e endereçada a Martinho de Mendonça de Pina e Proença, datada em 19 de novembro de 1734, notamos informações relevantes sobre os trabalhos do jesuíta:

[...] parto amehaã para a Bituruna, porq me parece preciso o ver aquelle certaõ antes, que entre no de S. Paulo: Levo por guia ao Cap. João Ferreira dos Sanctos, que me faz a galanteria de ser meo practico nesta derrota. Busquei logo que cheguey ao Cap. mor Constantino Alvrez, e o que soube dirá esse apontamento que me deo, e melhor o Author delle, que assiste em sua Casa: O Rio he o Pardo, cujas cabeceiras são as mesmas de *Cayete-merim*, nas quais Eu já dice a V. M. por noticia que me deo Franco Machado se tinhaõ achado alguãs pedras: o morador que esta junto a ellas dirá o P. Palhano, como practico daquelle Paiz, que Eu por maiz, que busquei o seu risco, o não pode achar agora. [...] do Comboy, que se dice passava pela Itaubira encontrey Eu no cam.º quasi na Lagoa dourada, na qual será preciso ter alguã espia occulta, como tambem na Capella de S. Braz do Assosuhi por serem os dous centros, donde sahem os caminhos dos descaminhadores: e como nenhu delles tem pena de morte, dissimule V.M. em mim esta noticia. Nesta viagem faço conta de ver a Serra, onde se acha a Lapa, em que estaõ escripttas as letras, que na frota de 732 se remeteraõ à Corte, queira Deos dar-me bom tempo ao menos athe a Vale de Guaratingueta (DOC. N° LXV, CORTESÃO, 1953, p. 286-287).

Este trecho da carta revela que a preocupação de Soares, ao percorrer o sertão de Minas Gerais, era a de traçar mapas da região, anotando os principais rios e povoados, como Lagoa Dourada e Itaubira, e também serras. Para isso, contou com a ajuda de moradores locais e de um guia pessoal, os quais repassaram informações relevantes sobre as localizações. Nesse trabalho, o matemático percebeu a importância das riquezas minerais, bem como do seu contrabando, para o qual ainda não eram aplicadas duras penalidades.

Do mesmo modo que Soares, Domingos Capassi também percorreu o interior de Minas Gerais e deixou registradas suas impressões, as quais podem ser observadas em duas cartas remetidas a Martinho de Mendonça:

Eu pelo meado de Agosto passarei por V.^a ricca, aonde me deterei por poucos dias, e marcharei pelo o Rio das Mortes: e se as agoas me não appanharem naquella comarca, faço tenção de hir a S. Paulo. Tomàra, que V. M. me avvisasse, se na secca ventura hiria para os Guayazes, la mesmo ajuntarmos hemos; e quando V. M. se dilatasse por estas partes ainda mais, eu de S. Paulo passaria a correr a costa do Mar, e depois tomaria o caminho para os Guayases (DOC. N° LXIII, CORTESÃO, 1953, p. 284-285).

Meu amigo, e muito meu Senhor Bem esperei em V.^a ricca a vinda de V. M. do serro ate a enfadar essa gente; mas como otro Sebastianista esperei em vaõ. Acabei ja de correr essa Capitania; porem esta pelos longes desestrados, que tem, he muito mayor. No Rio das Mortes me detive 8 dias. na Villa de S. João. tive a fortuna encontrarme com o nosso amigo Doutor Joaõ Soares o qual me entregou huã carta de V. M. para a Ajuruoca (DOC. N° LXIV, CORTESÃO, 1953, p. 285).

Na primeira carta, datada em 29 de julho de 1734, nota-se que Capassi tinha como intenção, depois de ter finalizado a missão na Colônia do Sacramento e regressado ao Rio de Janeiro, percorrer as principais regiões mineradoras do Brasil, Minas Gerais e Goiás, passando por São Paulo. Na segunda carta, datada em 1 de novembro de 1743, vê-se que de fato o padre esteve em Minas Gerais, visitando as principais vilas envolvidas com a atividade da mineração: Vila Rica e Vila de São João. Depois, portanto, de terem realizado anotações cartográficas das Minas, observado serras, rios e centros mineradores, os padres se dirigiram, no início do ano de 1735, para São Paulo. Deste local, segundo Cortesão (2001, t. 2, p. 23), Diogo Soares se preparava para voltar ao interior, com o propósito de completar as observações feitas pelo seu

colega nas Minas Novas (Goiás), e Capassi provavelmente permaneceu em São Paulo elaborando a carta daquela capitania.

O projeto da viagem de Diogo Soares em direção à Goiás também é referenciado em uma carta remetida pelo jesuíta para Martinho de Mendonça, em 12 de fevereiro de 1735:

M. senhor Chego agora a este Coll.º de S. Paulo taõ enfadado, e molestado do cam.º pelos cõtinuos, e excessivos sois, que levey em toda esta Viagem que não sey, quando emprenderey outra; achey ja aqui huã de V. Magestade e sinto, pelo que della infiro, que o não tenha a V. Magestade aqui taõ cedo, como Eu desejava: principal quando tenho a certesa, de quam necessaria era a sua actividade e presença nesta Capitania; e como o fim era o mesmo, e a necessidade de se practicar no Guayzes [*sic*] o mesmo systema dessas Minas, parece me era superflua outra alguã Comissaõ. V. Magestade sabe melhor a ancia, e o cuidado, com que o Senhor Conde Geral aqui o dezeja, e espera; porque ve, e reconhece, que a nimia extracção, que o Ouro dos Guayases tem por esses curraes não he possivel vedarse postas as cousas nos termos, em que estaõ: O anno passado foraõ daqui trinta arrobas de Quintos, este não chegaõ ainda a desaseis não obstante o estarem mais beneficiadas ja aquellas lavras, haver nellas mais n.º de escravos, e serem mais os novos descobrimentos. Eu determino passar aquellas Minas nos principios de Mayo, se as Agoas, que athe agora nos faltarão, nos derem lugar a isso [...] (DOC. N.º LXVI, CORTESÃO, 1953, p. 288).

No documento fica evidente o abatimento de Soares em face das suas empreitadas pelo interior do Brasil. Mas, independentemente do cansaço, o jesuíta reconhecia a urgência de passar para Goiás dado os novos descobrimentos de ouro na região, os investimentos que a mesma vinha recebendo por conta disso (como grande número de escravos) e, contraditoriamente, a pequena quantidade do mineral arrecadado. Nesta mesma carta ainda evidenciar-se-á que o padre Capassi projetava continuar em São Paulo, percorrendo sua costa, incluindo a do Rio de Janeiro, já que “O R. P. Capaci está na resolução de visitar a Costa, depois que chegar ao R.º de Jan.º aonde determina ir primeiro Em Guaratingueta” (DOC. N.º LXVI. In: CORTESÃO, 1953, p. 288).

Provavelmente, a visita à costa foi o ultimo projeto de Capassi, pois aproximadamente um ano depois de ter se fixado em São Paulo, adoentado, faleceu em 14 de fevereiro de 1736. Após sua morte, o padre Diogo Soares prosseguiu com a missão cartográfica até 1748 em direção ao Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), depois que retornou de Goiás no ano de 1738 (CORTESÃO, 2001, t. II, p. 24).

O retorno dos padres a região Sul foi incentivado pela Coroa, pois havia necessidade de controlar a região, que, embora bastante frequentada, não possuía um mapa exato de seus caminhos. Uma nova carta cartográfica dos caminhos que saíam do Rio Grande de São Pedro para a Vila de Curitiba (e, dessa localidade, para São Paulo e Minas) poderia possibilitar à Coroa grandes rendimentos, pois, com o mapeamento, seriam cobrados impostos sobre as cavalgadas e boiadas que se dirigiam ao centro do Brasil, para abastecimento das minas (DOC. Nº LXXV. In: CORTESÃO, t. II, 1953, p. 421-422). A nova carta geográfica também garantiria a ocupação efetiva dos lusitanos na região, que também era ocupada por padres castelhanos em missões com populações indígenas locais:

[...] em todos aquelles campos, que se descobriam, se achára immensidade de gado vacum, e que algum se aproveitara, sabendose por certeza que haveria treze para quatorze annos o tinha conduzido das Campanhas da Colonia o Gentio Tape das Aldeias das Missões dos Padres da Companhia Castelhanos, e por seu mandado tinha reservado aquella creação nova que até ao presente era já innumeravel, e que de tempos a tempos hiam correr os ditos campos e campanhas de cima da Serra, e de que se acharam vestígios, de grandes arrayaes, e era certo que encontrando-se com os nossos havia de ser infallivel haverem distúrbios e choques (DOC. Nº LXXV. In: CORTESÃO, t. II, 1953, p. 421-422).

É evidente também, neste mesmo documento, que a missão cartográfica em Rio Grande de São Pedro havia sido delegada ao padre Capassi, mas, provavelmente em decorrência de sua morte, fora empreendida por Soares:

E sendo tudo visto: Parece ao Conselho que esta materia se não acha ainda com a instrucção necessaria para se tomar nella a ultima deliberação, para o que se carece de mandar examinar este Caminho por pessoas que possam conhecer a altura da sua situação, e por tanto parece ao Conselho que Vossa Magestade se sirva ordenar que um dos Padres Jesuitas Mathematicos, que se acham no Brazil passe a estas terras, e d'ellas tire um Mappa exacto, e que em companhia do mesmo Padre vá Martinho de Mendonça de Pina, o qual [...] faça as averiguações que elle julgar necessarias, e informe interpondo seu parecer, porque a gravidade d'esta materia faz preciso todo este exame e indagação, pela utilidade ou inconvenientes que d'ella se podem seguir. [...] O Conselho encarregue as deligencias que aponta a Domingos Capaci, da Companhia de Jezus, que se acha em São Paulo (DOC. Nº LXXV, CORTESÃO, t. 2, 1953, p. 423).

Diante do que foi apresentado, concluímos que a missão dos padres matemáticos, Diogo Soares e Domingos Capassi, teve como motivador mais imediato a necessidade de expansão, demarcação e reconhecimento das fronteiras geográficas do Brasil em face do risco que representava as pretensões espanholas na América, e somente foi possível em razão das transformações culturais que estavam ocorrendo em Portugal na primeira metade do século XVIII.

Pelos motivos anteriormente expostos, os homens que podiam produzir um maior conhecimento empírico sobre os territórios portugueses eram os jesuítas, pois, na configuração da sociedade lusitana da primeira metade do século XVIII, tais religiosos eram aqueles que, no âmbito da Aula de Esfera, do Colégio de Santo Antão, haviam desenvolvido os estudos necessários para produzir os conhecimentos empíricos que instrumentariam a Coroa portuguesa em seus embates “geopolíticos” na América Ibérica.

Referências Bibliográficas

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2. p. 111-153, jul./dez. 2009.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1953. 1 t.

_____. *O tratado de Madri*. (ed. fac-similar). Brasília, DF: Senado Federal, 2001. 1 t.

_____. *O tratado de Madri*. (ed. fac-similar). Brasília, DF: Senado Federal, 2001. 2 t.

DOMINGUES, Ângela. Para melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 823-838, 2001.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FALCON, Francisco J. C. *A Época Pombalina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

LEITÃO, Henrique; FRANCO, José Eduardo. Introdução. In: _____ (Orgs.). *Jesuítas, ciência & cultura no Portugal moderno*: obra selecta de Pe. João Pereira Gomes, SJ. Lisboa: Esfera do Caos, 2012.

MENEZES, Sezinando Luiz; COSTA, Célio Juvenal. Sobre cometas e arco-íris: Antônio Vieira, os jesuítas, o conhecimento revelado e a ciência moderna. *Revista História Unisinos*, São Leopoldo, v. 16, n. 3, p. 369-378, set./dez. 2012.

_____. A Coroa, o donatário e o Jesuíta: a convergência dos distintos *brasis* nos primórdios da colonização portuguesa na América. In: MOREIRA, Luiz Felipe Viel. (Org.). *Instituições, fronteira e política na história sul-americana*. Curitiba: Juruá, 2007.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações*: ensaios de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PORTELA, José Roberto Braga. *Descrições, memórias, notícias e relações: administração e ciência na construção de um padrão textual iluminista sobre Moçambique, na segunda metade do Século XVIII*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

RENGER, Friedrich Ewald; MACHADO, Maria Márcia Magela. Do descobrimento do ouro à criação das vilas na cartografia histórica da capitania de Minas Gerais. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2005, Paraty. *Anais...* Paraty: Ed. UFMG, 2005.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Dificuldades que tem um velho Reino para emendar-se*. Porto: Inova, [19--?].

SARAIVA, Antonio José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 11. ed. Porto: Porto, [19--?].

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Edusp, 1999.

Notas:

¹ O desenvolvimento do trabalho contou com o apoio da Fundação Araucária do Estado do Paraná.

² A utilização aqui do termo estrangeirado não significa uma aderência ao significado clássico que lhe foi atribuído por António Sérgio.

³ Anexo da carta do rei ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, datada em 24 de fevereiro de 1730 (vide DOC. Nº LV, CORTESÃO, 1953, p. 268-269), é informado que a quantia de cem mil réis a qual deveria ser paga aos padres todos os meses.

Artigo recebido em 27/01/2014. Aprovado em 19/03/2014.